



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

[Kamila Pagel de Oliveira](#)
[Gabriel Maggi Vieira](#)
[Luana de Castro Lopes](#)
[Mariana Marcatto do Carmo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

[Izabelle Maria Santos Cária](#)
[Marconi Martins de Laia](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[Sidiane dos Santos Alvaristo](#)
[Tiago Luiz Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

[Luciene de Souza Borges](#)
[Ricardo Neves Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

[Ingrid Gomes Bassi](#)
[Mateus Paixão Cardoso](#)

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

[Joelmara Furtado dos Santos Pereira](#)
[Evandro Costa Pereira](#)
[Janaína Arruda Aragão](#)
[Samara Letícia Mendonça Pereira](#)
[Franco Celso da Silva Gomes](#)
[Luzinete Pontes Brandão](#)
[Loysianne Nascimento Araújo Lopes](#)
[Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes](#)
[Rafaela Duailibe Soares](#)

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14 | 160 |
| DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR | |
| Vanuza Pires da Costa Leila Rufino Barcelos Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso Dhenize Maria Franco Dias Danilo Bezerra de Castro Bruno Vinícius Nascimento Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090314 | |
| CAPÍTULO 15 | 172 |
| LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010 | |
| Maíra Bogo Bruno Candida Dettenborn Rômulo de Moraes e Oliveira Raphael Lemes Elias Alessandro de Paula Canedo Aloisio Alencar Bolwerk | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090315 | |
| CAPÍTULO 16 | 181 |
| LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD | |
| Gustavo Andrés Cano Cadavid | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090316 | |
| CAPÍTULO 17 | 194 |
| SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO | |
| Tarcísio Germano de Lemos Filho | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090317 | |
| CAPÍTULO 18 | 215 |
| LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO | |
| Juliana Campos Lopes Jacques Demajorovic | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090318 | |
| CAPÍTULO 19 | 228 |
| GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA | |
| Fernando Arcila Castellanos | |
| DOI 10.22533/at.ed.38620090319 | |
| CAPÍTULO 20 | 239 |
| ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO | |

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

Data de aceite: 20/02/2020

Joelmara Furtado dos Santos Pereira

Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
MA, Brasil

Evandro Costa Pereira

Universidade Ceuma, São Luís, MA, Brasil.

Janaína Arruda Aragão

Universidade Ceuma, São Luís, MA, Brasil.

Samara Letícia Mendonça Pereira

Faculdade Santa Terezinha (CEST), São Luís,
MA, Brasil.

Franco Celso da Silva Gomes

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São
Luís, MA, Brasil.

Luzinete Pontes Brandão

Faculdade do Maranhão (FACAM), São Luís, MA,
Brasil.

Loysianne Nascimento Araújo Lopes

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São
Luís, MA, Brasil.

Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes

Universidade Ceuma, São Luís, MA, Brasil.

Rafaela Duailibe Soares

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São
Luís, MA, Brasil.

Francisca Bruna Arruda Aragão

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP),
Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto,
SP, Brasil.

RESUMO: A violência contra a mulher está perpetua no seio doméstico, familiar ou na relação íntima de afeto, tendo o feminicídio como o ápice de uma das cruéis manifestações da desigualdade de gênero no Brasil. Mulheres negras e indígenas estão entre as populações mais suscetíveis a esse tipo de violência. O estudo tem por objetivo descrever sobre o feminicídio no âmbito na iniquidade étnico-racial do Brasil. O método de pesquisa foi bibliográfico por meio da leitura de livros impressos e de artigos e periódicos disponíveis nas bases de dados virtuais de saúde (BVS), Scielo, Revistas jurídicas e a plataforma Google Acadêmico. Observou-se, através do estudo, que o feminicídio contra mulheres negras e indígenas ainda são considerados altos em comparação ao assassinato de mulheres brancas. O que implica que além da razão de gênero, a cor também interfere para essa estatística. Considera-se que as mulheres de perfil negra e indígena, pobres são as que mais sofrem as barreiras de acesso à justiça e que as políticas públicas atuem no sentido de respeitar a igualdade nas relações de raça e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher, Feminicídio, Iniquidade étnico-racial.

ABSTRACT: Violence against women is

perpetuated within the domestic, family or intimate relationship, with femicide as the apex of one of the cruel manifestations of gender inequality in Brazil. Black and indigenous women are among the populations most susceptible to this type of violence. The study aims to describe feminicide within the ethnic-racial inequity of Brazil. The research method was bibliographic by reading printed books and articles and journals available in the virtual health databases (VHL), Scielo, Law journals and the Google Scholar platform. The study found that femicide against black and indigenous women is still considered high compared to the murder of white women. This implies that in addition to the gender ratio, color also interferes with this statistic. Poor black and indigenous women are considered to suffer the most from barriers to access to justice and public policies act to respect equality in race and gender relations.

KEYWORDS: Violence against women, Femicide, Ethnic-racial inequity.

1 | INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um problema, de raízes profundas, que estão situadas ao longo da história, sendo, portanto, de difícil desconstrução. Traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder.

Nos últimos tempos as notícias nos jornais sobre o assassinato de mulheres pelo marido ou namorado, ex ou atual, ou por um homem são recorrentes e escancaram que, mesmo com a criação das leis de combate à violência contra a mulher por razões de gênero, a exemplo da Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha e a Lei n. 13.104/2015, a Lei de feminicídio, esse problema ainda persiste em altos índices na sociedade brasileira.

Na realidade, esses crimes cometidos contra as mulheres evidenciam a desigualdade de gênero a desigualdade de gênero, associada aos fatores étnico-raciais, veiculados em sua maioria como crimes passionais, acarretando em uma simples ocorrência policial, ofuscando a verdade por detrás dessa realidade, que é o assassinato de caráter misógino de mulheres praticados por homens.

O presente estudo tem por objetivo descrever sobre o feminicídio no âmbito na iniquidade étnico-racial do Brasil, analisando dados que demonstram o mapa da violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil. Para isso, usou-se como metodologia a revisão de literatura, que é processo integrante da pesquisa bibliográfica de busca, análise e descrição de um conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica, que cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, periódicos, jornais, registro históricos, teses e dissertações entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2018).

A sistemática do estudo concentrou-se em comentar a respeito sobre o

cenário da violência contra a mulher e o feminicídio no Brasil, evidenciando esse tipo de crime no eixo das desigualdades étnico-raciais, cujas mulheres estão mais vulneráveis à violência, e que as políticas públicas têm feito para coibir o feminicídio Brasil, principalmente após o advento da Lei n. 13.104/2015, denominada Lei do feminicídio.

2 | O FEMINICÍDIO NO BRASIL

A violência contra a mulher por razões de gêneros é histórica e tem um caráter estrutural, que se perpetua devido à sua posição de subordinação na ordem sociocultural patriarcal. Tal relação de poder, baseada em padrões de dominação, controle e opressão, leva à discriminação, à exploração e à criação de estereótipos, os quais são transmitidos de uma geração para outra e reproduzidos tanto no âmbito público (governo, política, religião, escolas, meios de comunicação), como no âmbito privado (família, parentes, amigos). A partir de condições históricas, são naturalizadas formas de discriminação contra a mulher e geradas práticas sociais que permitem ataques contra a sua integridade, desenvolvimento, saúde, liberdade e vida (GEBRIM; BORGES, 2014, p. 59).

O feminicídio é a forma mais extrema de violência de gênero, quando exercida pelo homem contra a mulher, atribuído ao sentimento de posse, controle e representando o final de um *continuum* de violência (MENEGHEL; MARGARITES, 2017). Em sua maioria, os crimes de gênero perpetrados contra mulheres, especialmente os feminicídios íntimos, ocorre após uma longa rota de violências e constituem mortes anunciadas.

Esse tipo de crime praticado contra mulheres é motivado pela razão de discriminação, menosprezo ao sexo feminino ou em casos de violência doméstica, conforme versa o capítulo VI, do parágrafo 2º-A: que atribui o feminicídio o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino. Ainda, o parágrafo 2º-A aduz que há razões de condição de gênero quando o crime envolve dois pontos: I – quando se trata de violência doméstica e familiar; II – quando houver menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

De acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP constatou um cenário alarmante: no Brasil, 13 mulheres foram vítimas de assassinato por dia no ano de 2017, num total de 4.936 mulheres assassinadas. A estatística aponta que entre os anos de 2007 e 2017 a taxa nacional de feminicídio teve um crescimento de 20,7%, passando de 3,9 para 4,7 no índice de mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres (IPEA; FBSP, 2019).

2.1 O feminicídio e as iniquidades étnico-raciais

Os dados da violência contra mulher também refletem uma realidade latente da desigualdade racial no Brasil. Os dados expõem detalhadamente o assassinato de mulheres por raça e cor nos estados brasileiros datam do ano de 2003 a 2013 divulgados pelo Mapa da Violência no Brasil (WASELFISSZ, 2015), conforme o comparativo demonstrado nas tabelas abaixo, no tocante ao homicídio de mulheres brancas (tabela 1) e homicídio de mulheres negras (tabela 2).

| UF/REGIÃO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Δ% 2003/13 | Δ% 2006/13 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Acre | 6 | 3 | 5 | 6 | 7 | 5 | 6 | 3 | 3 | 1 | 3 | -50,0 | -50,0 |
| Amapá | 2 | 1 | 2 | 3 | 4 | 0 | 1 | 2 | 3 | 2 | 1 | -50,0 | -66,7 |
| Amazonas | 5 | 11 | 6 | 12 | 5 | 6 | 3 | 4 | 10 | 8 | 8 | 60,0 | -33,3 |
| Pará | 15 | 13 | 25 | 21 | 26 | 26 | 23 | 29 | 27 | 26 | 33 | 120,0 | 57,1 |
| Rondônia | 22 | 17 | 14 | 19 | 8 | 16 | 15 | 11 | 14 | 13 | 20 | -9,1 | 5,3 |
| Roraima | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | 4 | 3 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| Tocantins | 5 | 4 | 6 | 3 | 2 | 3 | 7 | 3 | 10 | 9 | 7 | 40,0 | 133,3 |
| Norte | 56 | 51 | 59 | 68 | 53 | 60 | 58 | 53 | 67 | 61 | 72 | 28,6 | 5,9 |
| Alagoas | 5 | 9 | 8 | 6 | 11 | 3 | 2 | 5 | 7 | 12 | 18 | 260,0 | 200,0 |
| Bahia | 18 | 20 | 22 | 20 | 27 | 34 | 31 | 39 | 36 | 40 | 41 | 127,8 | 105,0 |
| Ceará | 10 | 15 | 16 | 17 | 27 | 18 | 25 | 27 | 24 | 25 | 34 | 240,0 | 100,0 |
| Maranhão | 11 | 9 | 8 | 7 | 12 | 9 | 19 | 17 | 17 | 14 | 22 | 100,0 | 214,3 |
| Paraíba | 3 | 5 | 7 | 9 | 7 | 8 | 9 | 8 | 18 | 7 | 12 | 300,0 | 33,3 |
| Pernambuco | 53 | 56 | 37 | 35 | 35 | 45 | 40 | 29 | 21 | 20 | 26 | -50,9 | -25,7 |
| Piauí | 6 | 10 | 8 | 4 | 9 | 6 | 5 | 10 | 4 | 5 | 10 | 66,7 | 150,0 |
| Rio Grande do Norte | 14 | 4 | 9 | 10 | 11 | 7 | 17 | 13 | 11 | 16 | 19 | 35,7 | 90,0 |
| Sergipe | 8 | 6 | 4 | 9 | 9 | 8 | 9 | 6 | 7 | 9 | 8 | 0,0 | -11,1 |
| Nordeste | 128 | 134 | 119 | 117 | 148 | 138 | 157 | 154 | 145 | 148 | 190 | 48,4 | 62,4 |
| Espirito Santo | 41 | 33 | 30 | 44 | 32 | 30 | 32 | 34 | 40 | 17 | 36 | -12,2 | -18,2 |
| Minas Gerais | 152 | 114 | 142 | 137 | 129 | 133 | 131 | 140 | 163 | 146 | 144 | -5,3 | 5,1 |
| Rio de Janeiro | 227 | 230 | 204 | 219 | 186 | 133 | 145 | 126 | 127 | 124 | 136 | -40,1 | -37,9 |
| São Paulo | 628 | 565 | 508 | 525 | 394 | 443 | 401 | 419 | 377 | 368 | 394 | -37,3 | -25,0 |
| Sudeste | 1.048 | 942 | 884 | 925 | 741 | 739 | 709 | 719 | 707 | 655 | 710 | -32,3 | -23,2 |
| Paraná | 188 | 199 | 185 | 194 | 193 | 241 | 273 | 282 | 218 | 247 | 222 | 18,1 | 14,4 |
| Rio Grande do Sul | 152 | 167 | 185 | 128 | 160 | 184 | 185 | 183 | 179 | 202 | 172 | 13,2 | 34,4 |
| Santa Catarina | 51 | 63 | 54 | 69 | 60 | 74 | 82 | 94 | 68 | 84 | 82 | 60,8 | 18,8 |
| Sul | 391 | 429 | 424 | 391 | 413 | 499 | 540 | 559 | 465 | 533 | 476 | 21,7 | 21,7 |
| Distrito Federal | 14 | 8 | 14 | 9 | 13 | 7 | 14 | 15 | 16 | 10 | 12 | -14,3 | 33,3 |
| Goias | 45 | 64 | 46 | 48 | 51 | 48 | 45 | 44 | 67 | 67 | 66 | 46,7 | 37,5 |
| Mato Grosso | 33 | 38 | 37 | 28 | 41 | 26 | 37 | 25 | 26 | 35 | 28 | -15,2 | 0,0 |
| Mato Grosso do Sul | 32 | 18 | 32 | 24 | 26 | 27 | 31 | 21 | 29 | 26 | 22 | -31,3 | -8,3 |
| Centro-Oeste | 124 | 128 | 129 | 109 | 131 | 108 | 127 | 105 | 138 | 138 | 128 | 3,2 | 17,4 |
| BRASIL | 1.747 | 1.684 | 1.615 | 1.610 | 1.486 | 1.544 | 1.591 | 1.590 | 1.522 | 1.535 | 1.576 | -9,8 | -2,1 |

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Tabela 1 – Homicídios de mulheres brancas, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013.

| UF/REGIÃO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Δ% 2003/13 | Δ% 2006/13 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Acre | 7 | 7 | 8 | 8 | 9 | 5 | 6 | 13 | 11 | 14 | 29 | 314,3 | 262,5 |
| Amapá | 12 | 14 | 13 | 10 | 7 | 13 | 10 | 14 | 16 | 15 | 15 | 25,0 | 50,0 |
| Amazonas | 30 | 34 | 40 | 33 | 43 | 56 | 60 | 60 | 66 | 89 | 71 | 136,7 | 115,2 |
| Pará | 78 | 77 | 101 | 118 | 112 | 137 | 152 | 196 | 154 | 202 | 189 | 142,3 | 60,2 |
| Rondônia | 29 | 13 | 30 | 31 | 20 | 20 | 35 | 23 | 31 | 35 | 27 | -6,9 | -12,9 |
| Roraima | 5 | 3 | 9 | 3 | 10 | 5 | 12 | 9 | 9 | 7 | 14 | 180,0 | 366,7 |
| Tocantins | 17 | 14 | 15 | 18 | 25 | 17 | 23 | 30 | 36 | 40 | 31 | 82,4 | 72,2 |
| Norte | 178 | 162 | 216 | 221 | 226 | 253 | 298 | 345 | 323 | 402 | 376 | 111,2 | 70,1 |
| Alagoas | 39 | 42 | 46 | 66 | 67 | 71 | 96 | 104 | 114 | 116 | 117 | 200,0 | 77,3 |
| Bahia | 100 | 155 | 164 | 197 | 207 | 260 | 283 | 358 | 374 | 368 | 360 | 260,0 | 82,7 |
| Ceará | 40 | 44 | 45 | 65 | 84 | 74 | 80 | 111 | 104 | 110 | 125 | 212,5 | 92,3 |
| Maranhão | 58 | 44 | 49 | 56 | 50 | 67 | 67 | 99 | 109 | 96 | 107 | 84,5 | 91,1 |
| Paraíba | 25 | 47 | 45 | 49 | 55 | 76 | 84 | 98 | 117 | 119 | 104 | 316,0 | 112,2 |
| Pernambuco | 187 | 206 | 226 | 261 | 241 | 245 | 252 | 197 | 223 | 185 | 224 | 19,8 | -14,2 |
| Piauí | 24 | 14 | 29 | 28 | 24 | 31 | 22 | 28 | 28 | 40 | 36 | 50,0 | 28,6 |
| Rio Grande do Norte | 16 | 13 | 27 | 27 | 25 | 48 | 38 | 51 | 56 | 42 | 59 | 268,8 | 118,5 |
| Sergipe | 16 | 15 | 22 | 22 | 21 | 21 | 21 | 36 | 50 | 52 | 48 | 200,0 | 118,2 |
| Nordeste | 505 | 580 | 653 | 771 | 774 | 893 | 943 | 1.082 | 1.175 | 1.128 | 1.180 | 133,7 | 53,0 |
| Espírito Santo | 67 | 69 | 90 | 103 | 116 | 129 | 152 | 128 | 104 | 137 | 129 | 92,5 | 25,2 |
| Minas Gerais | 199 | 230 | 212 | 238 | 248 | 221 | 246 | 258 | 283 | 303 | 274 | 37,7 | 15,1 |
| Rio de Janeiro | 275 | 250 | 272 | 266 | 216 | 223 | 189 | 193 | 223 | 223 | 235 | -14,5 | -11,7 |
| São Paulo | 378 | 285 | 260 | 242 | 185 | 199 | 229 | 223 | 179 | 256 | 215 | -43,1 | -11,2 |
| Sudeste | 919 | 834 | 834 | 849 | 765 | 772 | 816 | 802 | 789 | 919 | 853 | -7,2 | 0,5 |
| Paraná | 32 | 41 | 50 | 48 | 41 | 55 | 57 | 51 | 55 | 68 | 59 | 84,4 | 22,9 |
| Rio Grande do Sul | 23 | 26 | 22 | 30 | 29 | 32 | 36 | 38 | 21 | 39 | 33 | 43,5 | 10,0 |
| Santa Catarina | 8 | 7 | 6 | 15 | 6 | 8 | 8 | 15 | 5 | 18 | 16 | 100,0 | 6,7 |
| Sul | 63 | 74 | 78 | 93 | 76 | 95 | 101 | 104 | 81 | 125 | 108 | 71,4 | 16,1 |
| Distrito Federal | 45 | 43 | 32 | 39 | 41 | 57 | 61 | 50 | 61 | 63 | 66 | 46,7 | 69,2 |
| Goiás | 74 | 64 | 83 | 91 | 82 | 104 | 117 | 128 | 182 | 171 | 191 | 158,1 | 109,9 |
| Mato Grosso | 53 | 60 | 51 | 42 | 54 | 57 | 55 | 54 | 60 | 61 | 61 | 15,1 | 45,2 |
| Mato Grosso do Sul | 27 | 30 | 31 | 24 | 28 | 22 | 25 | 38 | 40 | 45 | 40 | 48,1 | 66,7 |
| Centro-Oeste | 199 | 197 | 197 | 196 | 205 | 240 | 258 | 270 | 343 | 340 | 358 | 79,9 | 82,7 |
| BRASIL | 1.864 | 1.847 | 1.978 | 2.130 | 2.046 | 2.253 | 2.416 | 2.603 | 2.711 | 2.914 | 2.875 | 54,2 | 35,0 |

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Tabela 2 – Homicídios de mulheres negras, por UF/região e cor. Brasil. 2003/2013.

De acordo com os mapas da violência abordados acima, levando em consideração a incidência da raça/cor na violência letal, pode-se considerar que:

1. Salva poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País;
2. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros;
3. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica (WASELFISZ, 2015, p. 29).

Os dados referentes ao assassinato contra a mulher mais recente são do ano de 2017, divulgados de forma geral pelo IPEA (2019) apontaram que desse tipo de morte, 3.288 eram mulheres negras, o que representa 66% de todas as mulheres assassinadas no país nesse ano. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% no mesmo período.

Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras é 60,5%. Considerando apenas o ano de 2017, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo (IPEA).

Quando se trata de feminicídio com mulheres negras, Gonçalves (2017)

aponta que é preciso levar em consideração, além do gênero, a questão racial, uma vez que as negras são as maiores vítimas desse tipo de violência. Embora não exista bases de dados concretas, pesquisas e estudos indicam que o assassinato de mulheres negras e pobres é o mais recorrente.

Além das mulheres negras, o feminicídio está crescendo entre as indígenas. Essa estatística pressupõe, segundo Jackeline Aparecida Romio – Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas – ao debater na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, que as mulheres negras e indígenas não estão sendo atingidas pelas políticas universais e precisam de políticas públicas específicas (BRASÍLIA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Nesse aspecto, entende-se que há barreiras de acesso à Justiça para negras e indígenas, uma vez que são mulheres que sofrem uma violência multifacetada, em uma sociedade que, além da cultura do machismo enraizado, tem um racismo também institucional. Desse modo, entende-se que o racismo acentua a forma de violação que elas sofrem. Entre as mulheres, no geral, a de raça negra está entre as mais pobres, que vive em bairros periféricos, o que implica em menos infraestrutura urbana. O que contribui para que ela fique em situação de vulnerabilidade, amplificando as formas de violência.

2.2 A Lei n. 13.104/2015 e os esforços para combater o feminicídio no Brasil

Em face a esse cenário, em março de 2015, o feminicídio foi tipificado como conduta criminosa através da Lei n. 13.104/2015, na qual o Estado reconhece quão grave e danoso é, para a sociedade, o homicídio de mulheres, no sentido de promover a justiça de gênero com o propósito de diminuir as práticas discriminatórias ainda presentes no Direito e no Poder Judiciário (FONSECA *et al.*, 2018).

A Lei de Feminicídio advém da recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher que investigou a violência de gênero nos Estados brasileiros, nos anos de 2012 e 2013. Teve como finalidade investigar a situação da violência contra a mulher por razões de gênero no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em Lei para proteger as mulheres em situação de violência (BRASIL, 2013).

O objetivo da Lei de feminicídio é reduzir o número de crimes cometidos com base na violência de gênero, praticados contra a mulher. Nesse sentido, observa-se os principais aspectos da referida Lei, que contempla a concretização desse objetivo é: o aumento de pena: o § 7º da Lei n. 13.104/2015 aumentou a pena do feminicídio para 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; II - Contra pessoa menor de 14

(catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; III - Na presença de descendente ou de ascendente da vítima” (NR). Cabe salientar que houve mudanças também no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Código Penal), que passou a vigorar com a seguinte alteração: “art. 1º I - Homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado” (BRASIL, 2015).

Para tanto, é necessário que tais circunstâncias tenham ingressado na esfera de conhecimento do agente. Caso contrário, será impossível aplicar a causa de aumento de pena (MELLO, 2015). Nessa perspectiva, destaca-se o aumento no número de casos de feminicídios que chegam ao Poder Judiciário. Desde 2016, quando esses crimes passaram a ser acompanhados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a quantidade de processos só cresce. Em 2018, o aumento foi de 34% em relação a 2016, passando de 3.339 casos para 4.461 (CNJ, 2019). A figura 1 faz um demonstrativo dos dados de 2017 a 2018 que tramitam nos órgãos judiciais estaduais do Brasil.



Figura 1 – processos correspondentes ao feminicídio e violência doméstica que tramitam na Justiça Estadual, de 2016 a 2018.

Conforme se observa, os dados indicam um crescimento na demanda de processos pendentes no que corresponde a violência de gênero, medidas protetivas e feminicídios, o que ratifica a necessidade de criar medidas que visam dar celeridade na solução dos processos supracitados, por parte dos magistrados. Mobilizações que visam debater e aprimorar a aplicação das leis voltadas ao combate à violência de gênero e o feminicídio no Brasil.

Cabe salientar, também, a importância do papel do Poder Público no fomento à assistência e proteção da mulher, que está expresso nos parágrafos 1º e 3º, do artigo 227, CF. O artigo 1º versa a responsabilidade do Poder Público no desenvolvimento

de medias que buscam a garantia dos direitos humanos das mulheres no ambiente das relações domésticas e familiares, no intuito de resguardá-las de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, misoginia, crueldade e opressão.

3 | CONCLUSÃO

A complexidade do tema reflete na gravidade que a violência contra a mulher por razões de gênero representa na sociedade, sendo vista como um elemento enraizado culturalmente. Principalmente quando se observa a consolidação nas relações de poder do homem sobre a mulher em grande parte da sociedade e a iniquidade étnico-racial, uma vez que mulheres negras estão mais vulneráveis à violência e ao feminicídio. Outro fator que agrava esse cenário são os instrumentos para erradicar esse tipo de violência no seio familiar e social, pois não estão sendo suficientes para que se tenha um resultado positivamente satisfatório.

Os dados expostos no presente artigo indicaram que as mulheres negras são o segmento da população onde se concentra o maior número de feminicídios, além de ser também aquele que mais sofre com a violência doméstica no Brasil. Isso porque o feminicídio de mulheres negras cresceu consideravelmente em relação as de mulheres brancas, nos últimos anos.

As discussões acerca da violência contra a mulher, no contexto da raça/etnia implica na reflexão de que, embora exista leis de enfrentamento e combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, é necessário que os movimentos sociais, as políticas públicas sejam universais, atuando fortemente nas camadas mais vulneráveis, aonde mais existe burocracia para atendimento e acolhimento das vítimas. Em face disso, pode-se considerar que se o assassinato de mulheres ocorre no âmbito familiar é porque a rede de proteção à mulher ainda não logrou os resultados desejados, que é a erradicação/coibição da violência contra a mulher no Brasil.

As políticas públicas tornaram-se, portanto, necessárias no sentido de respeitar a igualdade nas relações de raça e gênero, bem como consolidar a cidadania feminina, com ações que assegurem um espaço de denúncia, proteção e apoio à mulher vítima de violência. As possibilidades de criação de políticas devem buscar uma atuação em conjunto entre o poder público e a sociedade civil, com foco para o enfrentamento, prevenção, combate, assistência e garantia de direitos do problema pelas diversas esferas envolvidas, como: saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, justiça, para dar conta da complexidade da violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL, Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório Final**. Brasília, julho de 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inqueritosobre-a-violencia-contras-mulheres>. Acesso em: 19 set. 2019.

_____. Casa Civil. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora**. 7 jul. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/547491-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora/>. Acesso em: 19 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cresce número de processos de feminicídio e de violência doméstica em 2018. **Portal CNJ**, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88539-cresce-numero-de-processos-de-feminicidio-e-de-violencia-domestica-em-2018>. Acesso em: 19 set. 2019.

FONSECA, Maria F. S. et al. O feminicídio como uma manifestação das relações de poder entre os gêneros. **JURIS**, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 49-65, 2018.

GEBRIM, L. M.; BORGES, P. C. C. Violência de gênero: tipificar ou não o femicídio/feminicídio? *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 51, n. 202, p. 59-75, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/202/ril_v51_n202_p59.pdf. Acesso em: 19 set. 2019.

GONÇALVES, Juliana. Mortes de mulheres no Brasil têm raça e classe definidas, dizem pesquisadores. **Brasil de fato**, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/07/mortes-de-mulheres-no-brasil-tem-raca-e-classe-definidas-dizem-pesquisadores/>. Acesso em 26 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), o **Atlas da Violência 2019**. IPEA; FBSP, 2019.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MELLO, Adriana R. Feminicídio: breves comentários à lei 13.104/15. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2º sem. 2015.

MENEGHEL, Stela N.; MARGARITES, Ane F. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n.12, dez. 2017. / [dx.doi.org/10.1590/0102-311x00168516](https://doi.org/10.1590/0102-311x00168516)

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília: ONU; OPAS/OMS, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170
Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363
Amizade íntima 294, 298, 299, 300
Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355
Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308
Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344
Artesanato 322, 323, 324, 326, 327
Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309
Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48
Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265
Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259
Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364
Conflitos socioambientais rurais 302, 303
Conservação ambiental 172
Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344
Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58
Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192
Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367
Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363
Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345
Cultura Política 203, 260
Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0